

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 313296

Classificação
05 03 02

Data
09 05 26



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2499 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>27 / 5 / 2009</u>
Q Secretária da Mesa <u>Recebeu</u>

Assunto: **Funcionamento dos Serviços de Urgência no Hospital de Guimarães / Centro Hospitalar do Alto Ave**

Destinatário: **Ministra da Saúde**

*Por determinação de S.º SR.ª A.ª, a
S.ª Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

09.05.29
lmban

Notícias diversas dão conta esta semana de graves deficiências no atendimento de doentes, alguns de elevado risco, nos Serviços de Urgência do Hospital de Guimarães.

Foi noticiado que uma mulher de 84 anos, com um Acidente Vascular Cerebral (AVC) esperou, no dia 4 de Maio, seis horas para ser atendida (entrou às 18h15 e foi atendida às 00h30).

O Director Clínico do Hospital admite que «um grande número de pacientes com suspeição, ou mesmo com AVC confirmado, não tem recebido o tratamento adequado porque os serviços se encontram em local exíguo, disfuncional e desumano para os doentes e profissionais», e limitação de clínicos.

Relativamente ao caso acima referido, o Director Clínico confirma que o tempo para a primeira observação da doente não foi cumprido, em consequência da «escassez de recursos humanos ao nível de pessoal médico».

O Hospital tem um projecto para requalificação das urgências, mas não há qualquer programação para a sua concretização. Entretanto, segundo as notícias, o Ministério da Saúde descarta-se de responsabilidades pela realização do projecto, com o argumento de a unidade de Saúde ser uma Entidade Pública Empresarial, tendo autonomia para avançar com o investimento!

Os factos descritos e a situação existente nos Serviços de Urgência, exigem que refiram duas questões:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Hospital de Guimarães já tinha problemas nos seus serviços de urgência, ao nível do espaço e dos recursos humanos, antes da criação do Centro Hospitalar do Alto Ave, que integra aquele hospital e o Hospital (S. José) de Fafe, com a eliminação dos serviços de urgência deste. Era claro que aquela operação «administrativa» de criação do Centro Hospitalar, na ausência de obras de requalificação e maior dotação de meios humanos, iria agravar a situação existente. O que agora está a acontecer evidencia que o modelo dos centros hospitalares não pode limitar-se a uma mudança organizativa nas páginas do Diário da República.

Há poucos meses foram no Hospital de Guimarães «inauguradas» festivamente novas instalações pela sra. Ministra da Saúde. É uma evidência que, aparentemente, a presidência das cerimónias de inauguração das instalações hospitalares «EPE» não coincide com a responsabilidade em termos de investimentos necessários.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio da **Ministra da Saúde** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas estão em curso ao nível de investimentos e recursos humanos para que nos Serviços de Urgência do Hospital de Guimarães deixem de acontecer situações como as referidas? Quando se prevê que as obras se iniciem e se concluam? E do ponto de vista dos recursos médicos?
2. Não considera o Ministério que teria sido mais adequado ter realizado as obras necessárias no Hospital de Guimarães e apetrechá-lo das capacidades médicas necessárias, antes da integração do Hospital de S. José e da desclassificação do respectivo Serviço de Urgência?
3. Quando vai o Ministério da Saúde responder aos Requerimentos já anteriormente feitos, por duas vezes, sobre a assistência a doentes idosos em situação de emergência residentes na Região do Basto (Requerimentos N.º 1767/X-2.ª-AC, de 19 de Julho de 2007, e N.º 61/X (2.ª) – AC), de 27 de Setembro de 2006)

Palácio de S. Bento, 26 de Maio de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes